

## MARCOS NO ENSINO INCLUSIVO

**2002**

Lei nº 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda do país

**2004**

Ministério Público Federal publica o documento O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular com o objetivo de compartilhar conceitos e diretrizes mundiais da inclusão e seus benefícios

**2005**

Decreto nº 5.626 regulamenta a lei de 2002, garante o acesso de pessoas surdas à educação e inclui a Libras como disciplina obrigatória na formação de professores e de fonoaudiólogos

**2008**

Lei nº 11.796 institui o Dia Nacional dos Surdos, comemorado em 26 de setembro. A data marca o dia da criação da primeira escola brasileira para surdos, em 1857, pelo imperador Dom Pedro II

**2007**

Lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a fim de melhorar a educação no Brasil. Entre os eixos, para fortalecer a inclusão educacional, estão ações de formação continuada de professores na educação especial e implantação de salas de recursos multifuncionais

**2006 a 2007**

Implantado em Pernambuco o primeiro curso técnico nível nacional de Tradutor/Intérprete da Libras. É realizado o 1º exame de proficiência da Libras – Prolibras, previsto no Decreto de 2005

**2010**

Lei nº 12.319 regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras – profissionais que facilitam e garantem o acesso à informação para surdos que se comunicam em Libras

**2011**

Organizada em Brasília manifestação nacional em defesa das escolas bilíngues para surdos. O engajamento deu origem ao Setembro Azul – mês da visibilidade da comunidade surda no Brasil

**2014**

Lei nº 13.055 institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais, comemorado em 24 de abril, dia em que a Lei nº 10.436/2002 entrou em vigor

**2019**

Projeto de lei, em tramitação, propõe incluir Libras no currículo escolar para todos os estudantes

**2016**

Para atender às diretrizes do estatuto, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) criou normas para garantir às pessoas surdas e cegas o acesso aos cinemas. Hoje, todas as sessões comerciais devem oferecer recursos de acessibilidade

**2015**

Lei nº 13.146 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que assegura os direitos desse público a fim de promover cidadania e inclusão social

**2021**

Sancionada a Lei nº 14.191, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e insere a educação bilíngue de surdos na LDB como uma modalidade de ensino independente. Na oferta, Libras é adotada como primeira língua e o português escrito como segunda



ACESSE A  
REPORTAGEM  
(RE)PENSANDO O  
ENSINO BILÍNGUE  
PARA SURDOS